

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA NA PERSPECTIVA DOS ATORES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Nieysila Simara da Silva Castro Borges ¹
Deuzilene Marques Salazar ²

RESUMO

A avaliação institucional interna constitui-se processo relevante para as instituições analisarem suas práticas, aprenderem sobre si mesmas, identificarem potencialidades e fragilidades e aprimorar seus projetos pedagógicos. O estudo, como recorte de uma pesquisa de dissertação, objetiva analisar as compreensões de avaliação institucional nos discursos dos atores escolares de uma instituição de educação profissional técnica de nível médio. O percurso metodológico desenvolveu a abordagem qualitativa e as rodas de conversas como técnica de coleta de dados. Participaram das rodas de conversas representantes dos segmentos docentes, discentes, técnico-administrativos e pais/responsáveis. A concepção de avaliação institucional, revelada nos discursos dos participantes, se entrelaça ao autoconhecimento e autocrítica e a finalidade consiste na melhoria dos processos e resultados educacionais. Espera-se que este estudo contribua para o debate da avaliação institucional interna como potencial formativo e transformador dos processos e práticas educativas da instituição educacional por meio de processo participativo e engajado dos atores escolares.

Palavras-chave: Avaliação institucional interna, ensino e aprendizagem, educação profissional técnica de nível médio.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação institucional é assunto recorrente nas discussões e formulação das políticas educacionais no Brasil. É um processo contínuo que faz parte do cotidiano das instituições de ensino, cujo enfoque muitas vezes prioriza os resultados de aprendizagem e os processos formativos. Quando revestida de processos participativos a avaliação se configura como ação formativa que mobiliza o coletivo institucional em um movimento de autoconhecimento e de aprimoramento do seu projeto pedagógico.

A realização deste estudo, no campo da avaliação educacional é decorrente de inquietações e questionamentos vivenciadas em nosso fazer pedagógico. Atuando como membro da equipe da Coordenadoria de Apoio Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) e nos diálogos com os pais, alunos, técnicos administrativos e docentes ensejou reflexões sobre a necessidade da implementação de práticas

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT-IFAM, pedagoga do IFMA, nieysila@gmail.com.

² Doutora em Educação pela UFAM, Professora EBTT do IFAM, deuzilenemarques@gmail.com.

mais participativas que mobilizem a comunidade escolar para atuar na promoção dos objetivos educacionais da instituição. Uma das alternativas se constitui em mecanismos de avaliação institucional interna fundamentados em princípios participativos e formativos.

A avaliação institucional assume vários significados que emergem da concepção de avaliação e educação assumida pelos partícipes do processo. Como defende Lück (2012), a avaliação institucional é muito mais que um trabalho de coleta de dados, informações e apresentação de relatórios, ela relaciona-se com a opção educacional adotada pela escola.

Nesse sentido, este estudo objetivou perceber quais entendimentos sobre avaliação institucional são revelados nos discursos dos atores escolares de uma instituição de educação profissional técnica de nível médio. Partimos da seguinte questão problematizadora: que concepção de a avaliação institucional emerge dos discursos dos atores escolares que atuam em uma instituição de ensino de educação profissional e tecnológica (EPT)? Para a consecução desse estudo utilizou-se a técnica de roda de conversas com representantes dos segmentos docentes, discentes, técnicos-administrativos e pais/responsáveis.

O texto se desenvolve em três partes, além da introdução e das considerações finais: na primeira, discorremos sobre os conceitos e finalidade da avaliação institucional interna; na segunda, tratamos dos procedimentos metodológicos adotados, por fim, na terceira, apresentamos a discussão dos resultados.

As unidades significativas relacionadas aos conceitos, finalidades e objetos da avaliação institucional, no contexto da EPT, presentes nos discursos dos participantes da pesquisa, revelaram uma concepção de avaliação alinhada às perspectivas de avaliação emancipatória que promove autoconhecimento e mudanças.

Esperamos que o estudo possa contribuir para o avanço no campo teórico da avaliação institucional e estimular o olhar crítico e reflexivo da escola sobre suas práticas e alcance de seus objetivos educacionais.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, iniciamos uma incursão nas bases de dados para o levantamento bibliográfico sobre o tema avaliação institucional. A revisão da literatura acadêmica contribuiu para a definição da problemática da pesquisa, dos objetivos de investigação e construção do referencial teórico.

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, haja vista a complexidade que envolve o estudo de objetos imbricados no contexto de práticas sociais. Em relação à pesquisa qualitativa, Minayo (2002, p. 22) expõe:

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatística.

Trata-se de pesquisa bibliográfica e de campo, desenvolvida em um espaço de aprendizagem que oferta Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). A técnica de coleta de dados utilizada foi a roda de conversa. Nossa intenção com as rodas de conversas era dar voz aos sujeitos participantes e envolvê-los em um processo de discussão coletiva, como se referem Moura e Lima (2014, p. 101),

As Rodas de Conversas consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. Um dos seus objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos, na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta.

As rodas de conversas consistem em um momento de fala e escuta reflexiva entre os pares, realizadas em um ambiente propício para o diálogo. As rodas de conversas foram organizadas por segmentos e envolveu discentes, docentes, técnicos administrativos e pais e/ou responsáveis de uma instituição educacional. Esta estratégia permitiu aos envolvidos um espaço e ambiente para a partilha e escuta.

Realizamos duas edições de Roda de Conversa com o objetivo de perceber os significados que a avaliação institucional assume no contexto investigado. Estabelecemos um eixo temático para orientar o diálogo e o registro de dados, tendo como ponto de partida uma questão-tema. Para primeira roda se propôs a questão tema: O que é avaliação institucional? A segunda roda teve como ponto de partida a questão: Avaliação institucional interna – porque e para que avaliar?

A investigação teve como lócus uma instituição de educação profissional localizada no estado do Maranhão e os participantes da pesquisa foram os representantes dos segmentos: discentes, docentes, técnicos administrativos, pais e/ou responsáveis. O segmento discente foi representado pelo grêmio estudantil. A definição dos representantes dos segmentos docente,

técnicos administrativos, pais e/ou responsáveis que participaram da pesquisa se deu por meio da adesão voluntária.

As rodas de conversas foram gravadas e posteriormente transcritas para a organização dos dados e definição do corpus de análise. A partir da sistematização dessas informações elaborou-se dois quadros analíticos para subsidiar o trabalho de interpretação dos dados. Os quadros apresentam os entendimentos dos participantes no que diz respeito aos conceitos, concepção e finalidade da avaliação institucional.

Para o tratamento do material gravado utilizamos a técnica análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011, p. 42),

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis de ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares.

De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo pode ser uma análise de significados (análise temática) e pode ser também uma análise de significantes (análise léxica ou análise de procedimentos). Nesta pesquisa, na exploração do material optamos pela análise temática e o *corpus* de análise se constituiu das transcrições das rodas de conversas.

No trabalho de análise, seguimos as etapas propostas por Bardin (2011): na primeira fase realizamos a pré-análise, na segunda a exploração do material e na terceira o tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Na pré-análise procedemos às leituras flutuantes e a organização das informações com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais e selecionar o material para compor o corpus da pesquisa.

A fase de exploração do material consistiu na identificação dos núcleos de sentidos presentes nos discursos dos participantes das rodas de conversas e na definição das categorias temáticas. Tomamos como unidade de registro o tema e a categorização teve como ponto de partida as respostas dadas pelos participantes para cada questão-tema proposta nas edições das rodas.

Na terceira fase, realizamos o tratamento dos resultados, a interpretação e inferências, apoiados no referencial teórico, e procedemos uma análise crítica e interpretativa das informações organizadas nas etapas anteriores.

3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA: DIMENSÃO CONCEITUAL

A avaliação institucional interna configura-se como importante instrumento pedagógico para a escola aprender sobre si mesma, aprimorar suas práticas formativas e alcançar seus processos de mensuração do desenvolvimento de ações, que permite o autoconhecimento institucional e o aprimoramento das práticas.

Nessa direção, Brandalise (2015) defende que a avaliação institucional se configura como um instrumento de autonomia, de autoconhecimento, um processo reflexivo que objetiva a responsabilização da escola pela sua gestão pedagógica, administrativa e comunitária.

Entendemos que a avaliação institucional interna é o processo de apropriação da escola pelos seus atores, com vistas ao aperfeiçoamento de suas práticas educativas, a partir do olhar crítico sobre a sua realidade (FREITAS *et al.*, 2017). Neste estudo optamos pela utilização da expressão “avaliação institucional interna” para indicar o processo de autoavaliação institucional realizado com a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar, conforme expresso no art. 52 vinculado às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica:

A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola. (BRASIL, 2010, p. 77).

É importante realçar que a avaliação institucional interna, quando revestida de procedimentos fundamentados na discussão, diálogo, compromisso e participação, caminha em direção contrária ao movimento da política de responsabilização unilateral da escola e dos professores pelos resultados do desempenho acadêmico de seus estudantes, que muitas vezes se observa nas avaliações externas e de larga escala³.

³ “A avaliação em larga escala, do tipo Saeb, é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas. Quando conduzidas com metodologia adequada podem trazer importantes informações sobre o desempenho dos alunos, dados sobre os professores, condições de trabalho e funcionamento das escolas de uma rede.” (FREITAS *et al.*, 2017, p. 44).

Os equívocos dessas avaliações evidenciam-se quando os seus resultados são usados somente para classificar, ranquear, premiar ou punir os profissionais da rede de ensino, sem passar pelo crivo da análise crítica e interpretativa dos dados. As avaliações desenvolvidas nesses moldes reforçam uma visão reducionista, mercadológica e fragmentada do processo avaliativo.

A perspectiva de avaliação institucional balizada pelos aspectos quantitativos é criticada principalmente porque a avaliação seria um “[...] instrumento poderoso de qualificação dos processos educativos e das relações escola-sociedade.” (SORDI, 1998, p. 53).

A avaliação institucional interna propõe-se a conhecer, aprimorar e orientar o trabalho a nível individual e coletivo do projeto pedagógico institucional, isso inclui identificar as fragilidades, acertos e elaborar novas ações que podem ser feitas dentro das condições estruturais disponíveis na instituição.

Uma das ações para a melhoria do ensino pressupõe um pacto coletivo, cabe as instituições de ensino implementar mecanismos de participação e cooperação mútua com vistas ao aperfeiçoamento de suas práticas, e cabe ao Estado dispor as condições necessárias para que seus objetivos educacionais se materializem.

Nesse sentido, a avaliação institucional interna representa uma possibilidade dos próprios atores escolares assumirem o papel de reguladores de suas práticas, à medida que compreendem a dinâmica dos seus processos, suas fragilidades e estabelecem estratégias para melhoria de suas práticas e alcance de sua missão institucional.

A respeito das considerações supracitadas, convém observar duas categorias de avaliação distintas e que se complementam: avaliação de processo e avaliação dos resultados educacionais. Na avaliação institucional interna o foco central é o processo educacional e os avaliadores são os atores internos. Por sua vez, na avaliação externa o olhar recai sobre os resultados educacionais e os atores externos assumem o papel de avaliadores.

No campo educacional, a preocupação com o processo e com os resultados educacionais é necessária, entretanto nas últimas décadas tem se valorizado mais as avaliações voltadas para aferição dos resultados como estratégia de regular⁴ o trabalho das instituições públicas de ensino. Ao analisar as políticas de avaliação no contexto educacional, Afonso (1999) assinala

⁴ Antunes e Sá (2010) compreendem a regulação no contexto educacional como o conjunto de mecanismos posto em ação para produzir a congruência dos comportamentos, individuais e coletivos e mediar os conflitos sociais bem como limitar as distorções que possam ameaçar a coesão social incluindo, em particular: a) a definição de padrões e regras que estabeleçam o funcionamento das instituições; b) nos sistemas complexos, o quadro de regulação é plural e resulta da interação de múltiplos processos e atores.

que há uma ênfase genérica na avaliação dos resultados e produtos em detrimento da valorização da avaliação dos processos.

O autor destaca que as políticas educacionais quando orientadas somente por um viés mercadológico, ênfase nas performances (resultados acadêmicos) e no controle do trabalho pedagógico, pode afetar a preocupação com as necessidades dos estudantes e ameaçar os ideais de escola democrática e cidadã.

Afonso (1999) não descarta a necessidade dos processos de regulação da qualidade dos sistemas públicos de ensino, pois a confiabilidade no trabalho da escola perpassa pela sua capacidade de desenvolver seu projeto educacional com qualidade científica pedagógica e democrática, e no atendimento às expectativas e necessidade da comunidade.

Entretanto, o autor destaca que gerir os processos de regulação é tarefa complexa e que as mudanças nas formas de se pensar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pelo sistema escolar requer professores que se assumam como intelectuais transformadores, bem como pais, alunos e outros atores escolares que se responsabilizem por projetos de inovação e emancipação.

Como refere Fernandes (2010), a avaliação deve cooperar para o bem-estar das pessoas, das instituições e da sociedade, por isso é primordial a utilização de outras perspectivas avaliativas nas quais os participantes se envolvam ativamente na discussão e nas tomadas de decisões democráticas acerca de fatos que podem ser determinantes para melhorar suas vidas.

Esteban e Afonso (2010) defendem que a avaliação é um ato pedagógico em que permanência e mudança convivem. Os autores destacam o cotidiano escolar como campo fértil para negociações, confronto e busca de novos sentidos para a escola enquanto espaço de vivências democráticas e de produção e socialização de conhecimentos. Dessa maneira, a escola ao avaliar suas práticas e confrontar seus problemas cotidianos, reconhece e legitima seu contexto e se compromete com novas possibilidades de gerar qualidades, indo além da reprodução de conhecimentos, culturas e maneiras de ensinar e aprender.

Nessa direção, Sordi (2002) compreende que os processos de autoavaliação institucional se constituem importantes mecanismos de regulação da escola, capazes de evidenciar outras qualidades do trabalho escolar que não se manifestam na lógica dos resultados, e defende que essa é a instância que mais favorece a atuação organizada dos colegiados escolares.

Entendemos como Sordi (2002) que a avaliação institucional interna é uma possibilidade de avaliar o trabalho pedagógico para além dos indicadores do desempenho acadêmico trazendo para o debate outros aspectos, não evidenciados nos testes e exames oficiais, que concorrem para uma boa formação científica e cidadã.

Alguns autores apresentam a avaliação institucional interna alinhada às concepções de avaliação participativa, democrática e emancipatórias (LEITE, 2005; SAUL, 1999; SORDI; SOUZA, 2009). Essas concepções agregam sentidos aos processos de avaliação institucional e revelam a compreensão de educação e de sociedade que se pretende construir.

A avaliação institucional interna comporta múltiplas finalidades: avaliar para o desenvolvimento de processos de prestação de contas e de responsabilização (AFONSO, 2009); avaliar para descrever, analisar e criticar a realidade, com vistas à sua transformação (SAUL, 1999); avaliar para afirmar valores (RISTOFFI, 1995) e ainda avaliar para fortalecer a atuação organizada dos coletivos escolares (SORDI, 2016).

Todo projeto de avaliação institucional interna deve estar alinhado aos pressupostos educacionais defendidos na proposta formativa da escola. Dessa forma, a sua finalidade e objetivos estarão ancorados no projeto pedagógico institucional.

4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA E SEUS SIGNIFICADOS PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nessa seção, apresentamos a análise das rodas de conversas com representantes do segmento docente, discente, técnico administrativo, pais e/ou responsáveis, organizada a partir de categorias temáticas conforme modelo analítico apresentado por Bardin (2011).

Assim sendo, as unidades significativas relacionadas aos conceitos, finalidades e objetos da Avaliação Institucional Interna, no contexto da EPT, presentes nos discursos dos participantes da pesquisa se desdobraram nas seguintes categorias: a) Avaliação Institucional Interna como processo de autoconhecimento; b) Avaliação Institucional Interna: instrumento de melhoria dos processos e resultados educacionais.

Participaram da pesquisa 6 (seis) representantes dos segmentos docente, 5 (cinco) representantes do segmento discente, 6 (seis) representantes do segmento técnico administrativo e 5 (cinco) representantes do segmento pais e/ou responsáveis. A definição dos participantes ocorreu por meio de adesão voluntária. O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa pelo parecer 3.129.038 de fevereiro de 2019.

Para preservação do anonimato, os participantes da pesquisa foram codificados por meio de letras e números, a saber: DISC.1, DISC.2, DISC.3, DISC.4 e DISC. 5 (referem-se aos participantes do segmento discente); DOCEN.1, DOCEN.2, DOCEN.3, DOCEN.4, DOCEN.5 e DOCEN.6 (referem-se aos participantes do segmento docente; TEC.ADM.1, TEC.ADM.2, TÉC.ADM.3, TÉC.ADM.4, TÉC.ADM.5 e TÉC.ADM.6 (referem-se aos participantes do

segmento técnico administrativos); RESP.1, RESP.2, RESP.3, RESP.4 e RESP.5 (referem-se aos participantes do segmento pais e/ou responsáveis).

Um dado importante é que dos 21 (vinte e um) participantes das rodas de conversas, 7 (sete) afirmaram não saber o que é avaliação institucional e 11 (onze) destacaram que não tinham experiências em processos de avaliação institucional. Embora 52% dos participantes tenham mencionado que não possuíam vivências em processos de avaliação institucional, no decorrer das rodas de conversas, as falas de todos os participantes indicaram que avaliação institucional interna é um processo aceito e assumido como importante para a melhoria do ensino e que ela deve mobilizar todo o coletivo institucional.

4.1 Avaliação Institucional Interna como processo de autoconhecimento

A avaliação institucional interna se constitui em um processo multidimensional e que assume vários significados que emergem da concepção de avaliação e educação assumida pelos partícipes do processo. Como defende Lück (2012), a avaliação institucional é muito mais que um trabalho de coleta de dados, informações e apresentação de relatórios, ela relaciona-se com a opção educacional adotada pela escola.

O diálogo estabelecido com os participantes na primeira roda de conversa, a partir da questão-tema: “O que você entende por avaliação institucional? ”, teve como objetivo discutir conceitos e concepções relacionadas ao processo de avaliação institucional. O resultado desse diálogo revelou dois aspectos importantes para análise.

O primeiro é que o conhecimento sobre a avaliação institucional, sobretudo, entre os discentes e pais e/ou responsáveis, é embrionário. Isso sugere a necessidade de a instituição criar espaços de discussões para que os atores escolares possam evoluir na elaboração de conhecimentos teóricos e metodológicos sobre a temática. Entendemos que essa tarefa não é unicamente de uma comissão específica, mas do conjunto que compõe a instituição, haja vista, que a avaliação institucional interna representa um mecanismo de efetivação dos princípios da gestão democrática.

O segundo, os discursos dos participantes, ao expressarem o entendimento que possuem sobre o tema, demonstram uma perspectiva de avaliação institucional relacionada a um processo de autoconhecimento da instituição, com vistas à identificação de erros, acertos, equívocos, problemas, fragilidades e potencialidades. Esses entendimentos estão organizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Entendimentos da avaliação institucional interna como processo de autoconhecimento

Participantes	Fragmentos das falas dos participantes
DOCENTE	<p>“[...] é um mecanismo basilar para escola saber suas forças, fraquezas, como anda o desenvolvimento dos seus processos a partir da participação, do olhar coletivo”</p> <p>“Todo planejamento ele desboca numa avaliação. Por meio da avaliação podemos discutir porque tal meta não foi cumprida, quais os entraves para o desenvolvimento do planejamento, que fatores influenciaram, precisa ser acompanhado, por isso a importância da avaliação”.</p>
DISCENTE	<p>“Acredito que avaliação institucional deve ser para a gente falar dos problemas que a gente tem dentro do campus, então é preciso fazer uma avaliação para que a gente consiga resolvê-los”.</p>
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	<p>“Avaliação institucional ajuda a descobrir os problemas e tentar resolvê-los”.</p> <p>“O intuito dessa avaliação é exatamente tentar descobrir as fragilidades, seja na infraestrutura ou então na própria gestão, se ela é participativa ou não, e tentar implementar alguma situação diferente visando a melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos”.</p> <p>“[...] busca conhecer não só as fragilidades, mas também as potencialidades, reforçar os pontos positivos, melhorar os fracos, mas também visualizar o que tem de positivo, o que o instituto realmente está fazendo para cumprir com sua missão”.</p> <p>“[...] é importante que essa questão do autoconhecimento, da autocrítica, porque às vezes quem está dentro não percebe que precisa melhorar e quem está de fora pode apontar aquilo que não estava sendo visto pela gestão e servidores, pode ser identificado pelo aluno, pelos pais e pela comunidade”.</p>
RESPONSÁVEL PELOS DISCENTES	<p>“[...] isso é muito importante para a gente saber como está, porque de repente acha que está bem... é como se fosse uma prova, mas quando você aplica ela, vem a decepção, ela não estava 100%, então é de fundamental importância ter essa avaliação”.</p> <p>“[...] é de fundamental importância, chamar os pais para avaliar, para que os pais tenham oportunidade de falar não estamos gostando disso, vocês precisam melhorar nisso”.</p>

Fonte: Organizado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa (2019).

Evidenciamos, por meio dos discursos apresentados no quadro 1, que os atores escolares, participantes das rodas de conversas, trazem uma concepção de avaliação institucional relacionada ao exercício do autoconhecimento e autocrítica. Na perspectiva de Belloni (1999), a avaliação institucional na educação é um processo sistemático que busca subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição, por isso ela traz dois grandes objetivos: o autoconhecimento e a tomada de decisão.

A autora esclarece que autoconhecimento se refere a identificação de acertos e ineficiências, vantagens e dificuldades; processo de reflexão sobre as causas das situações de

sucesso e insuficiências, ou seja, a melhoria do nível de informação sobre os processos e resultados alcançados. A tomada de decisão diz respeito a elaboração de subsídios para orientar os processos decisórios.

Nessa mesma direção, Dias Sobrinho e Balzan (1995) defendem que avaliação institucional é um processo com forte sentido formativo, pois contribui continuamente para melhor definição de papéis e dos compromissos dos indivíduos nas relações sociais que se estabelecem na instituição. Para os autores, o caráter formativo da avaliação diz respeito a elaboração de conhecimento e de crítica, desenvolvimento da autoconsciência⁵ sobre as mudanças necessárias para melhorar a instituição.

Encontramos em Lück (2012), uma concepção de avaliação institucional diretamente relacionada ao processo de autoconhecimento. A autora defende que a avaliação institucional configura um esforço despendido pela escola em conhecer-se com o objetivo de analisar suas potencialidades para melhor aproveitá-las e reconhecer suas limitações e dificuldades como condição para superá-las.

A autora alerta que a garantia de autoconhecimento efetivo perpassa pelo empenho em superar o viés da subjetividade, das opiniões preconcebidas e da postura defensiva e adotar uma perspectiva ética e aberta, que permita a instituição uma introspecção honesta considerando as situações contraditórias e adversas.

Lück (2012) defende que o autoconhecimento da escola sobre sua identidade e práticas é que torna possível a busca da integração e a unidade de ações voltadas para a consecução dos objetivos educacionais. Portanto, a avaliação institucional não corresponde apenas a uma prática de identificação de dados e informação, mas a um processo reflexivo que traz luz para o planejamento e desenvolvimento institucional.

4.2 Avaliação Institucional Interna instrumento de melhoria dos processos e resultados educacionais

A segunda roda de conversa teve o objetivo de provocar uma discussão a respeito da finalidade e objetivos da avaliação institucional, para tanto propusemos a questão-tema: “Avaliação Institucional Interna: por que e para que avaliar?” As discussões, a partir de

⁵ Bellonni *et al.* (1995) explica que autoconsciência institucional é fruto do conhecimento que os indivíduos têm sobre as práticas que desenvolvem na instituição com seus acertos e suas dificuldades. A autoconsciência institucional constitui um importante instrumento para o processo de tomada de decisão, tanto no nível individual quanto em nível coletivo, com vistas ao aperfeiçoamento da instituição.

diferentes olhares, reforçou o entendimento que avaliar é um processo complexo, desafiador e com propósitos diversos. Entretanto, a partir de Fernandes (2010), entendemos que toda ação avaliativa precisa ser útil, contribuir para solucionar problemas e cooperar para o bem-estar das pessoas, das instituições e da sociedade.

Podemos conferir no Quadro 2 que na perspectiva dos participantes, a finalidade da avaliação institucional está relacionada a um processo de aperfeiçoamento dos processos e resultados educacionais.

Quadro 2- Categoria de análise “Avaliação institucional interna instrumento de melhoria dos processos e resultados educacionais”

Participantes	Fragments das falas dos participantes
DOCENTE	<p>“Medir, tanto nos aspectos qualitativos quanto quantitativo os processos educativos, o rendimento, o alcance de meta, objetivos, o andamento da instituição”</p> <p>“A avaliação institucional vai ajudar nisso, perceber quais as dificuldades dos professores? Que dificuldades eles sentem ao lidar com os alunos? Estão conseguindo atingir os objetivos das disciplinas? ”.</p> <p>“Avaliar para saber se os alunos estão sendo absorvidos pelo mercado”</p> <p>“ [...] para buscar resultados concretos, porque a gente tem o discurso, mas não temos dados que comprovem a qualidade do ensino”</p> <p>“Eu entendo avaliação institucional como uma forma de buscar melhorias [...]. Então a partir do momento que você faz um instrumento de avaliação de curso e também de outros pontos, você vai verificar o que está bom e o que pode ser melhorado. A partir daí precisamos elaborar estratégias para que possamos melhorar o trabalho feito aqui na instituição” .</p> <p>“Importante na avaliação é ter esse feedback. Como não tem os cursos técnicos e como a gente estivesse trabalhando no escuro. Só por experiência ou por criatividade individual, mas, gente não sabe se está fazendo certo. Então avaliação institucional é importante para todos os níveis, e para o nível técnico eu acho que está faltando essa avaliação”.</p>
DISCENTE	<p>“Isso é uma forma oficial dos alunos comunicarem o que se pode melhorar na instituição, apresentando as suas insatisfações”</p>
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	<p>“Avaliar para planejar melhor nossas ações [...], para a gente que está à frente do Campus, tenha a noção se o ensino está precisando melhorar, se atende à realidade, se causa impactos e mudanças na comunidade”.</p> <p>“Avaliar para poder detectar onde estão as fragilidades e erros, buscando uma nova forma de agir, organizar melhor aquilo que já está sendo feito para poder conseguir obter melhores resultados, então, avaliar pra procurar atingir a expectativa do aluno”.</p> <p>“[...] para que a gente não caia na rotina ou na negligência, porque quando não se avalia uma instituição, o servidor fica muito à vontade então você fica sem noção do que está acontecendo pela falta de gestão, pela falta de avaliação e quando a gente avalia, podemos encontrar as fragilidades e partir de então, podemos implementar novos programas e também cobrar dos servidores, professores e técnicos, para melhorar”.</p> <p>“Essa avaliação aponta um norte para instituição, se está errada ela pode se corrigir”.</p>

Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2019).

As perspectivas dos participantes da pesquisa referente a finalidade da Avaliação Institucional Interna, encontram sustentação nos pressupostos apresentados por Dalben (2010). Segundo o autor, a avaliação institucional em educação possibilita o aperfeiçoamento da gestão

pedagógica e administrativa, na permanente busca da melhoria da qualidade da formação oferecida à comunidade e fortalecimento da sua relevância social.

No entendimento de Belonni (1999), a finalidade da avaliação institucional é a busca do aperfeiçoamento. Em mesmo viés, Brandalise (2010) sublinha que a autoavaliação da escola é uma prática indispensável para compreender a dinâmica institucional e a sua utilidade reside na mobilização dos resultados para proposições de melhorias qualitativas para a instituição.

Alves e Correia (2008) consideram que autoavaliação é uma ferramenta de aprendizagem organizativa que capacita a comunidade escolar para o trabalho de organizar os seus processos de melhoria e de produzir conhecimentos internos necessários para mudanças criativas e assertivas. Na perspectiva de Freitas *et al.* (2017), a avaliação institucional é um processo que mobiliza todos os atores escolares com o objetivo de negociar patamares adequados de aprimoramento.

Segundo Betini (2009), a autoavaliação institucional consiste no olhar da escola para si mesma com o objetivo de provocar mudanças que contribua para a melhoria de suas práticas educacionais e administrativas. Fernandes (2002) reitera que:

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha a sua dinâmica. Muita coisa aprende-se com esse processo. Mas o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. Todos crescem. Os dados coletados mudam, mas a vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e compromisso com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade. (FERNANDES, 2002, p. 101).

Encontramos nos autores citados uma compreensão de Avaliação Institucional Interna alinhada à concepção de avaliação emancipatória. Saul (2015) explica que a avaliação emancipatória se relaciona aos conceitos de emancipação e decisão democrática e tem a finalidade de descrever e analisar, criticamente, a realidade e a prática educativa, com vista à sua transformação. A avaliação emancipatória traz pressupostos teóricos e metodológicos referenciados na avaliação democrática, na crítica institucional, na criação coletiva e na pesquisa participante.

Para Lück (2012), avaliação institucional contribui para a construção da autonomia e da autoridade da escola sobre seu próprio trabalho, é um processo evolutivo que só acontece por meio do esforço do coletivo institucional. A autora complementa destacando que os profissionais da escola aprimoram as suas competências e condições de trabalho a partir do hábito de se autoavaliar e avaliar os processos educacionais inerentes as suas funções.

Nessa mesma direção, entendemos que Avaliação Institucional Interna, quando desenvolvida em uma perspectiva formativa, não objetiva realizar apenas um diagnóstico da realidade, por meio do levantamento de dados e informações, para além desse propósito, ela tenciona ampliar o conhecimento que a escola tem sobre si mesma e promover mudanças.

Dessa maneira, o processo avaliativo deve fomentar um esforço coletivo na busca por melhorias, ou seja, a Avaliação Institucional Interna precisa promover a participação e o engajamento dos atores escolares em um movimento que coopere para o aprimoramento das condições de trabalho – trabalho como princípio educativo, das relações, dos processos formativos, da cultura organizacional e dos resultados educacionais, no sentido de conferir legitimidade ao projeto pedagógico institucional.

Pactuamos com Sordi e Freitas (2013) que a mudança é uma construção local guiada por um projeto pedagógico institucional, nesse processo a escola assume responsabilidades, mas demanda também ao poder público as condições necessárias, tais como recursos materiais e humano, para a sua realização.

Mudanças significativas nos processos e resultados educacionais não dependem unicamente do esforço coletivo dos atores escolares, elas perpassam também pela garantia das condições objetivas para que estes desenvolvam de forma satisfatória seus trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos com este estudo a análise das compreensões de avaliação institucional quanto aos aspectos de conceito, de finalidade e de objetivos pelos atores escolares de uma instituição de ensino de educação profissional e tecnológica. Para isso, a realização das rodas de conversas com representantes dos segmentos docentes, discentes, técnicos administrativos e pais e/ou responsáveis tornou-se uma premissa fundamental considerando a avaliação institucional interna como processo de participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Os participantes da pesquisa compreendem a avaliação institucional interna em uma perspectiva de autoconhecimento, com vistas à identificação de fragilidades e potencialidades, cuja finalidade seria o aperfeiçoamento dos processos e resultados educacionais. Alinhada a perspectiva apresentada pelos atores escolares e à concepção de avaliação formativa e emancipatória, defendemos que o processo de avaliação institucional, nessa perspectiva, carrega o potencial de provocar mudanças e melhorias no ensino.

As instituições de ensino tão habituadas a verificação da aprendizagem dos estudantes, apresentam dificuldades quando se trata da avaliação dos seus processos e práticas. É

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

importante que as questões intrínsecas ao processo de ensino e aprendizagem assumam a centralidade da avaliação institucional interna.

Esse processo avaliativo deve envolver docentes, discentes, técnicos-administrativos, pais e/ou responsáveis, oportunizando o debate em torno da responsabilidade e da importância que cada um exerce nesse espaço formativo de socialização de saberes, de construção de conhecimentos, de vivências democráticas e de exercício da cidadania.

Defendemos a escola como um espaço de aprendizagem que envolve complexas dimensões que se inter-relacionam, ou seja, ao mesmo tempo que garante o acesso ao conhecimento sistematizado de maneira contextualizada e crítica também aprende ao gerir, ao planejar, ao desenvolver o ensino. Nesse caminhar, a escola aprende sobre si mesma e sobre os significados das suas práticas. Aprende a trabalhar coletivamente. Aprende que sempre é possível melhorar. Aprende no reconhecimento da identificação de potencialidades e fragilidades. Aprende quando reconhece seus erros e limitações. E, por fim, busca, na força do coletivo institucional, desenvolver uma proposta formativa.

Esperamos que esse estudo provoque uma reflexão sobre o potencial transformador da avaliação para o desenvolvimento institucional e para a ampliação de experiências que provoquem o autoconhecimento, a autocrítica, e ações comprometidas com a melhoria do ensino.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **A avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2009.

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, mercado, comunidade e avaliação: Esboço para uma rearticulação crítica. **Educação e Sociedade**, Lisboa, ano 20, n. 69, p. 139-164, dez. 1999.

ALVES, Maria Palmira Carlos; CORREIA, Serafim Manuel Teixeira. A autoavaliação de escola: um estudo exploratório sobre os dispositivos de autoavaliação das escolas públicas em Portugal. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 355-382, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68412830008>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ANTUNES, Fátima; SÁ, Virgínio. Estado, escolas e famílias: públicos escolares e regulação da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 468-593, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 2011.

BELLONI, Isaura. Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação. **Linhas críticas**, v. 5, n. 9, p. 31-58, 1999.

BETINI, G. A. **Avaliação institucional em escolas públicas de ensino fundamental de Campinas**. 2009. 349 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação institucional da escola: conceitos, contexto e práticas**. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, PR, v. 13, n. 2, p. 315-330, 2010.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação institucional na escola pública: os (des) caminhos de uma política educacional**. **Educar em Revista**, n. esp., p. 55-74, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000500055&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília, DF, 2010.

DALBEN, Adilson. **Avaliação institucional na escola de educação básica: uma aproximação orientada pelos princípios da participação**. **Educação: teoria e prática**, v. 20, n. 35, p. 133-133, 2010.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, Newton Cesar (orgs.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

ESTEBAN, Maria Teresa; AFONSO, Almerindo Janela. **Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação**. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Domingos. **Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional**. In: ESTEBAN, Maria Teresa. **Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação**, p. 115-160, 2010.

FERNANDES, Maria Estela Araújo. **Avaliação Institucional da escola: base teórica e construção do projeto**. 2. ed. Fortaleza: Edições Democrito Rocha, 2002.

FREITAS, L. C. *et al.* **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível**. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95-103, 2014.

RISTOFF, D. I. **Avaliação institucional: pensando princípios**. In: DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação Institucional: teoria e experiência**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 37-51.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAUL, Ana Maria. **Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória**. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 1299-1311, 2015.

SORDI, Mara Regina Lemes de. **A Face perversa da avaliação: elementos para uma leitura do papel da avaliação no projeto neoliberal**. **Avaliação**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 51-57, mar. 1998.

SORDI, Mara Regina Lemes de. Entendendo as lógicas da avaliação institucional para dar sentido ao contexto interpretativo. *In*: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (Org.). **Avaliação: políticas e práticas**. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 65-81.

SORDI, Mara Regina Lemes de; FREITAS, L. C. Responsabilização participativa. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 87-100, 2013.

SORDI, Mara Regina Lemes *et al.* Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 716-753, 2016.

SORDI, M. R. L.; SOUZA, E. S. **A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública**: a rede municipal de Campinas como espaço de aprendizagem. Campinas: Millennium, 2009.